

GREVE NACIONAL – 13 DE MARÇO DE 2015**EM DEFESA DO EMPREGO, DOS HORÁRIOS DE TRABALHO E DOS SALÁRIOS**

Há muitas razões para os trabalhadores da Administração Pública fazerem greve no próximo dia 13 de Março. As medidas de cortes nos direitos não podem continuar!

CONTRA OS DESPEDIMENTOS, PELO EMPREGO COM DIREITOS!

A defesa do vínculo público de emprego tem sido uma das principais reivindicações dos trabalhadores da Administração Pública. A institucionalização da precariedade, a promoção de mecanismos que permitem o despedimento sem justa causa – como é o caso da requalificação, cujo processo em curso no Instituto de Segurança Social com vista ao despedimento de cerca de 700 trabalhadores é o exemplo mais cabal do que este Governo pretende – a tentativa de forçar as chamadas rescisões amigáveis, são medidas injustas e inaceitáveis.

A generalização do recurso ilegal ao Contrato Emprego Inserção para tarefas permanentes, não garantindo direitos aos trabalhadores desempregados que desempenham essas funções, o recurso a contratos a termo e a «recibos verdes» são os instrumentos de que o Governo lança mão para não contratar trabalhadores com direitos.

O Governo não pode prosseguir com a estratégia de despedir trabalhadores, diminuindo a capacidade de resposta dos serviços encaminhando para a sua privatização, com sérios prejuízos para as populações.

Também a dignificação das carreiras da Administração Pública é urgente: a progressão na carreira e a valorização dos trabalhadores que prestam serviço público e são os garantes do cumprimento dos direitos constitucionais dos cidadãos.

35 HORAS PARA TODOS

O aumento para as 40 horas semanais é um dos maiores retrocessos civilizacionais da história dos direitos laborais na Administração Pública. Hoje, os trabalhadores prestam 20 horas semanais a troco de nada, por força da imposição injusta e inconstitucional das 40 horas e do veto de gaveta às centenas de ACEEP que repõem as 35 horas de trabalho na Administração Pública.

Ao mesmo tempo, a desregulamentação dos horários impera nos vários locais de trabalho, a inexistência de pagamento de trabalho suplementar, o abuso de bancos de horas. É imperioso o fim destes atropelos legais e a reposição imediata das 35 horas de trabalho, em respeito pelo direito à articulação da vida pessoal com a vida profissional e do direito ao repouso e aos lazeres.

AUMENTO DOS SALÁRIOS, JÁ!

Os sucessivos roubos salariais e nas pensões, com o embuste da «devolução» que apenas representa a continuidade dos cortes em menor proporção, a rejeição por parte do governo da negociação anual com as estruturas sindicais, representam o empobrecimento significativo dos trabalhadores da Administração Pública que há mais de 10 anos não só não têm qualquer aumento salarial, como viram os seus salários roubados todos os meses.

Exigimos o descongelamento dos salários e das posições remuneratórias, a negociação anual dos salários e a devolução de todos os montantes roubados. Não podemos deixar que continuem a roubar as nossas vidas e os nossos direitos.

As políticas de cortes salariais e destruição da Administração Pública, primeiro com o PRACE, depois com o PREMAC, a que se seguiu a Troika e agora o Tratado Orçamental não podem continuar. A agressão contínua aos trabalhadores e a destruição das funções sociais do Estado, agora agravada com a tentativa de municipalização da saúde, educação, segurança social e cultura, representa uma tentativa de reconfiguração do Estado e de destruição do acesso de todos aos direitos constitucionalmente garantidos.

Os trabalhadores da Administração Pública, hoje, como sempre, continuam comprometidos com a luta em defesa dos serviços públicos, dos seus direitos e da Constituição da República Portuguesa. Porque defender condições e a dignidade de quem trabalha é defender o direito de todos os cidadãos a uma Administração Pública de qualidade, ao serviço das populações e do país.

Dia 13, pelos teus direitos e pelos direitos de todos, faz greve.

Dia 13 paramos, para o país avançar: em defesa dos horários de trabalho, do emprego e dos salários, em defesa de serviços públicos de qualidade para todos.